



Oitava edição da manifestação realizada pelas centrais sindicais defendeu bandeiras históricas como a redução da jornada e a melhoria das aposentadorias. Igualdade de gênero ganhou destaque na mobilização deste ano.

Página 5

Marcha dos trabalhadores leva 40 mil às ruas de São Paulo



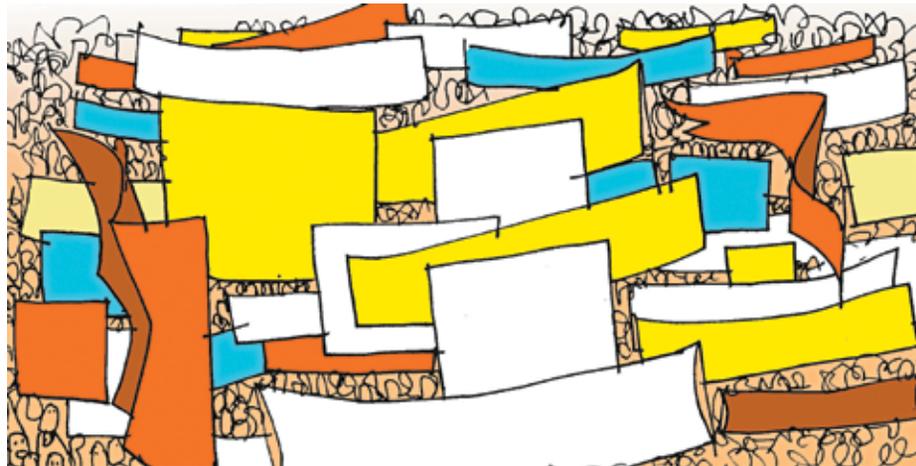
MANTER A *luta pela valorização* DO TRABALHO

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

QUARENTA MIL PESSOAS foram às ruas no dia 9 de abril, quando aconteceu a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, desta vez realizada em São Paulo. O sucesso de mobilização – que lamentavelmente não teve a repercussão merecida nos grandes meios de comunicação – é um indicador importante da manutenção da unidade que tem sido um marco do movimento sindical, na qual o SEESP se engaja fortemente.

Assim, seguindo a pauta aprovada durante a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) de 2010, encontro histórico promovido no estádio do Pacaembu, a manifestação reafirmou as nossas reivindicações essenciais: manutenção da política de valorização do salário mínimo; redução da jornada sem redução de salário; corte na taxa básica de juros; investimentos em educação e saúde; fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias; reforma agrária; correção e progressividade da tabela do Imposto de Renda; transporte público de qualidade; o fim dos leilões do petróleo; não à aprovação do PL 4.330/04, que regulamenta a terceirização; e igualdade entre homens e mulheres.

Num ano em que o Brasil sedia um evento importantíssimo que é a Copa do Mundo, que apesar dos problemas enfrentados em seus preparativos tende a deixar legado relevante ao País, e acontecem eleições presidenciais, é imprescindível que sejam considerados os pleitos dos trabalhadores. Num cenário em que bancos e multinacionais lucram bilhões, não é razoável que medidas de justiça e avanços sociais básicos não sejam tomadas. É urgente que governantes, parlamentares e setor privado sensibilizem-se para a importância de se va-



lorizar o trabalho e a mão de obra responsável pela geração de riqueza para todos. Não é possível que setores do empresariado sigam reivindicando o fim de direitos trabalhistas para reduzir custos. É ainda menos aceitável que o Congresso ou o governo optem por esse rumo. O caminho a ser perseguido pelo Brasil deve passar por uma pauta positiva de investimentos, qualificação profissional, ganhos de produtividade, busca de inovação e maiores salários, permitindo melhores condições de vida à população. Apesar das melhorias dos últimos anos, a média salarial no País está muito aquém das necessidades de um padrão de vida satisfatório, ficando em torno dos R\$ 1.800,00, e as aposentadorias, em sua maioria, são miseráveis.

Somam-se a esse fator da baixa renda a precariedade dos serviços públicos e um sistema tributário que penaliza os mais pobres e a classe média. Ou seja, é muito o que se precisa avançar para que tenhamos uma situação aceitável, e o Brasil deve escolher com convicção um modelo que leve de fato ao desenvolvimento de forma sustentável e com distribuição de renda. Essa é a vertente proposta pelo projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), que em sua fase atual chama a atenção para a necessidade de se desenvolverem cadeias produtivas estratégicas. Sem valorizar o trabalho nada disso será possível.

A 8ª marcha organizada pelo movimento sindical reafirmou reivindicações fundamentais, como redução da jornada e fim do fator previdenciário.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Monique Alves e Jefferson Pereira. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotelito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 30 de abril de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



O colapso do Cantareira

Cid Barbosa Lima Junior

É NO MÍNIMO ESTRANHO uma empresa pedir moderação em produto que vende. Deixando de lado os produtores de bebidas alcoólicas que são obrigados por lei a fazer essa recomendação, não se justifica essa atitude por parte da Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp) e o governo paulista. Fazemos uma pequena reflexão e tentemos entender o que se passa.

Há países em que o consumo diário de água *per capita* é elevado, chegando, como o Canadá, a 600 litros. Os Estados Unidos e o Japão têm um consumo médio de 350 litros/dia. No Brasil, esse índice é de apenas 187 litros.

Em 2001, após as estiagens daquele ano e do anterior, um diretor da Sabesp, em palestra no Instituto de Engenharia, afirmou ser impossível captar água no Paraíba do Sul. Por que então o governo do estado leva essa questão ao governo federal? Ele afirmou ainda que se fazia urgente a captação de água no Vale do Ribeira. Estamos em 2014, e somente no final de 2013 foi licitado esse novo sistema de abastecimento. Demora pela complexidade ou simplesmente desinteresse em investir?

Sendo verdade que há pouca água de boa qualidade perto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), é também verdade que dispomos de um volume enorme de água poluída nessa região, por pura irresponsabilidade e descaso das autoridades. E é também lamentável o fato de a Sabesp apresentar uma perda de cerca de 32% da água tratada, e essa enorme perda poderia abastecer toda a Grande São Paulo por mais tempo, sem que ficasse refém das condições meteorológicas.



O problema vivenciado não é recente, tampouco devido à estiagem. Resume-se na falta de investimentos do governo em saneamento.

Agora se fala também em tirar água dos volumes mortos das represas. O biólogo Fernando Reinach – que recebeu do SEESP o prêmio Personalidade da Tecnologia em Inovação no ano de 2007 – afirma ser esse um volume “vivo”, um verdadeiro aquário natural. Não deveria haver um estudo de impacto ambiental?

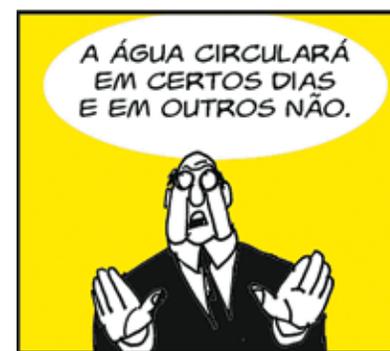
O problema vivenciado não é recente, tampouco devido à estiagem. Resume-se na falta de investimentos do governo em saneamento. O último governador a investir nesse setor foi Mário Covas. Depois dele, nem Serra, nem Alckmin, nas três passagens pelo Palácio dos Bandeirantes, investiram o necessário.

Aliás, para ser preciso, os problemas com o saneamento em São Paulo começaram na segunda metade do século XIX com a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, privada, que só queria faturar e teve que ser encampada pelo Estado, surgindo a Repartição de Águas e Esgotos.

Já em 2000, a atual Sabesp começa a ser privatizada, chegando hoje a quase 50% das ações nas mãos de particulares, que desejam apenas usufruir de dividendos. A terceirização também aumentou o tempo de consertos de vazamentos. As velhas redes de água não são substituídas adequadamente, e o investimento em outros sistemas foi postergado. Com isso, vemos o eclipse do Sistema Cantareira.

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro civil

COMUNICADO OFICIAL



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



MEDIDA PIONEIRA EM PROL DA NEGOCIAÇÃO

Rosângela Ribeiro Gil

A PARTIR DO GRANDE NÚMERO de dissídios coletivos ajuizados em sua sede, todos praticamente desacompanhados do pressuposto processual do comum acordo, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP) criou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução dos Conflitos Coletivos, ou simplesmente de Conciliação de Coletivos (NCC).

O objetivo do instrumento é criar um espaço de negociação, atendendo ao foco primordial da Justiça do Trabalho, como explica Rilma Aparecida Hemetério, vice-presidente judicial do tribunal e coordenadora do núcleo.

Primeira e ainda única experiência desse tipo em funcionamento no País, essa completou um ano de existência em 7 de março último. Até o dia 17 do mesmo mês, havia recebido 38 processos, entre dissídios, ações civis públicas e cautelares inominadas. Desse, 34 já foram encerrados, alcançando êxito em 70,58% dos casos, com acordo entre as partes. O SEESP foi um dos que obtiveram resultado positivo, como informa o presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, na solução de negociação envolvendo os engenheiros e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). “A condução dos trabalhos pelos desembargadores do núcleo é digna de elogios e foi imprescindível para o sucesso obtido, evitando-se o movimento de greve”, avalia.

Hemetério lembra que, em setembro de 2012, quando assumiu a vice-presidência do tribunal, debateu com seus pares a limitação que tinham em dar suporte às negociações dos conflitos coletivos. Tal debilidade ficou mais evidente em novembro daquele ano, numa ação ajuizada pelo Sindicato dos Ban-

cários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região contra o Santander, que ameaçava demitir mais de 4 mil empregados. “Havia uma situação grave para resolver, e não tínhamos normas para solucionar”, recorda.

A questão, envolvendo a instituição financeira espanhola, como observa a juíza, acabou sendo o “embrião” do NCC. Todas as medidas reforçaram que a saída do conflito passava pela mesa de negociação, o que acabou acontecendo. “Tivemos, nessa situação, o núcleo de fato”, destaca.

Saída brasileira

A coordenadora explica que, antes da implantação no âmbito do TRT-SP, examinou-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) naquilo que se refere a dissídios coletivos. A primeira recomendação encontrada é a da conciliação, “porque dissídio coletivo é, antes de tudo, um fato social, principalmente quando está colocada a possibilidade de greve”. E a única forma de dirimir esse conflito, ensina, é com o apaziguamento dos ânimos, o que só se consegue com negociação. Também se estabeleceu que, quando se trata de movimento grevista, só se iniciam os trabalhos no núcleo com a suspensão da paralisação. Da mesma forma, a parte patronal não poderá efetuar demissões durante o processo negocial.

Não existe prazo determinado de duração dos trabalhos. Pode levar semanas, meses ou até chegar a um ano, como foi o caso do Metrô, iniciado em 2013 e finalizado em 25 de fevereiro último. A maior parte das demandas das ações discutidas no NCC, no ano passado, esteve relacionada ao pagamento da

participação nos lucros e resultados (PLR). “O núcleo é uma mesa de negociação com a mediação do tribunal. É uma fase considerada administrativa, e não judicial.”

A medida inédita – implantada no maior tribunal do País, que detém o recorde nacional em dissídios coletivos – recebeu elogios do corregedor do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins. O que traz

Ainda a única experiência do tipo em funcionamento no País, núcleo já garantiu bons resultados, inclusive a engenheiros.

muita satisfação à vice-presidente judicial: “Uma ação que acabou dando muito certo, porque existem casos em que as partes querem negociar num campo neutro, ou seja, nem na empresa, nem no sindicato.”

Para ela, o NCC pode ser considerado uma saída brasileira. “Até agora, sempre procuramos solucionar os nossos dissídios coletivos pensando nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, em Portugal, na Itália ou até mesmo na Alemanha, mas não é nossa realidade.” Apesar do gigantismo nacional, analisa Hemetério, ainda são minoria os sindicatos com autonomia e força para negociar.

A mediação do NCC deve ser solicitada na petição inicial da demanda. O núcleo, além da coordenação da vice-presidente judicial, é composto por mais dois desembargadores titulares e um suplente e dois juízes titulares de Varas do Trabalho.



Beatriz Arnuda

Rilma Aparecida Hemetério, coordenadora do Núcleo de Conciliação de Conflitos: mesa de negociação com mediação do tribunal.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidasruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaieseep@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Dois, 2.727 – Vila Operária – CEP 13504-090 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjsj@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

RETOMAR PAUTA TRABALHISTA E ASSEGURAR IGUALDADE DE GÊNERO

Deborah Moreira

OS DOIS PONTOS FORAM CENTRAIS durante a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, realizada em 9 de abril no Centro da Capital. Organizada pelas centrais, reuniu, segundo elas, 40 mil pessoas. Entre as demandas ao governo federal e ao Congresso Nacional, estiveram a retomada da pauta de reivindicações dos trabalhadores, o arquivamento de projetos de lei que retrocedem conquistas históricas, como o PL 4.330/04, que regulamenta a terceirização, bem como a manutenção da política de valorização do salário mínimo.

Além da luta por sua continuidade, João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical do SEESP, destacou: “A grande importância dessa marcha é garantir a unidade de ação do movimento sindical e levantar bem alto as bandeiras da redução da jornada sem redução de salário, redução dos juros, investimentos em educação e saúde e o fim do fator previdenciário.” Também fazem parte dessa pauta reforma agrária, valorização das aposentadorias, correção e progressividade da tabela do Imposto de Renda, transporte público de qualidade e o fim dos leilões do petróleo.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, lembrou ainda de outros itens, como a ratificação pelo Congresso Nacional das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira dispõe sobre o direito de negociação coletiva dos servidores públicos e a segunda proíbe demissões imotivadas. “Se não resolver agora, faremos a marcha do basta”, afirmou. Torres também alertou sobre o avanço da terceirização no Brasil: “O trabalhador que morreu recentemente na construção do estádio em São Paulo era de uma empresa terceirizada. O número de acidentes em empresas terceirizadas é o que mais cresce neste país, inclusive fatais.”

Como lembrou Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), essa agenda foi sacramentada durante a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em 2010. “De lá para cá, diferente da celeridade que

vem alcançando o pleito dos empresários, a nossa pauta está contingenciada”, lamentou. Ele demonstrou preocupação com um possível retrocesso nas políticas progressistas por conta das eleições neste ano. “No cotidiano do Congresso tramita um pacote de maldades que visam flexibilizar e precarizar as relações do trabalho. A retomada do diálogo dos trabalhadores com o governo pressiona para que esse abrace uma agenda positiva, para potencializar as ações e investimentos em infraestrutura. Por isso, dizemos que não há contradição ao afirmar: queremos Copa, saúde e educação.”

Quanto à igualdade de gênero, Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), lembrou que a mão de obra feminina é mais explorada. “O empresário prefere contratar a mulher para pagar menos. Perdem o homem e a mulher. Não é só uma questão de gênero, mas de classe”, destacou. José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), enfatizou que os sindicatos lutam “acima de tudo, pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres” e “pelo respeito a todas as categorias de trabalhadores”.

Ao final da marcha, foram anunciados os próximos passos do movimento, como a entrega de um documento unificado à presidente Dilma Rousseff e aos presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com as reivindicações trabalhistas. Os dirigentes também solicitaram uma audiência com a mandatária do País. Para Francisco Canindé Pegado, se-

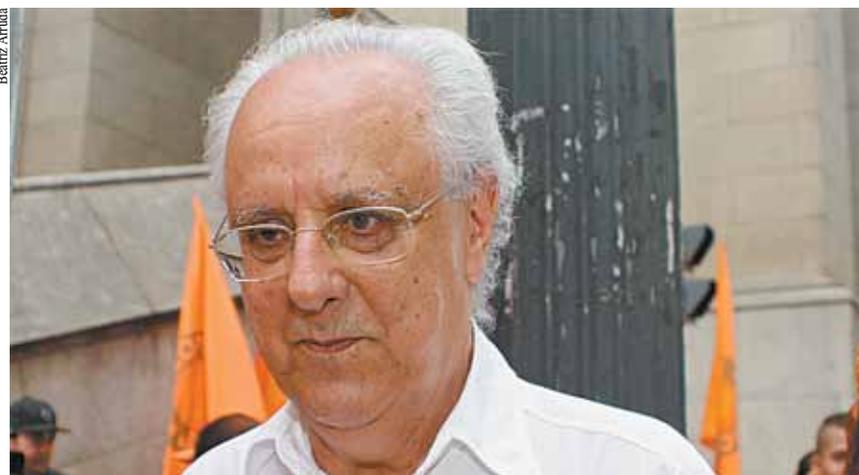
cretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), a manifestação demonstra “para o governo federal e para os parlamentares que a agenda ainda está aberta, que muitas reivindicações não foram atendidas”.

Mais poder político para as mulheres

Além da pauta geral, as trabalhadoras que engrossaram a manifestação levaram às ruas uma de suas principais reivindicações neste ano de eleições nacionais: mais mulheres nos espaços da política. “Os sindicatos precisam assumir o compromisso de trazer a trabalhadora para dentro das direções. Somos cerca de 51% da população brasileira, 47% no mercado formal de trabalho. Nenhuma mudança virá neste país se as mulheres não estiverem presentes”, ressalta Ivânia Pereira, secretária da Mulher da CUT. Conforme ela, embora as mulheres representem 51,7% dos eleitores brasileiros, sua participação na Câmara dos Deputados é de 9% e no Senado, de 10%.

Com uma saudação especial à juventude e às mulheres, a secretária de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, lembrou ainda a luta pela democratização da comunicação. Na sua visão, ferramenta de combate à discriminação contra a mulher e forma de impedir a criminalização dos movimentos sociais.

Organizada pelas centrais, marcha visou chamar atenção do poder público para necessidade de avanços em relação a bandeiras históricas da classe.



Vargas Netto, consultor sindical do SEESP: unidade de ação para garantir conquistas como redução da jornada e fim do fator previdenciário, entre outras.



Abrir o diálogo e ter maior inserção social são desafios da USP

Rosângela Ribeiro Gil

RESPONSÁVEL POR UM ORÇAMENTO, neste ano, de cerca de R\$ 5 bilhões e por mais de 90 mil estudantes, a reitoria da Universidade de São Paulo (USP), empossada em 24 de janeiro último para o mandato que vai até 2018, destacou, em sua plataforma de campanha, a abertura de diálogo com todos os atores da comunidade universitária – professores, funcionários e alunos. Na gestão 2010-2013, de João Grandino Rodas, a instituição enfrentou movimentos de protestos significativos, como em dezembro de 2011 e outubro de 2013. Ao lado do novo reitor Marco Antonio Zago, na tarefa de reabrir o canal de comunicação e modernizar a USP, está seu vice, o engenheiro civil Vahan Agopyan, professor titular de Materiais e Componentes de Construção Civil da Escola Politécnica (Poli/USP). Nesta entrevista ao **JE**, esse último fala sobre os primeiros dias de gestão e seus desafios.

Qual o trabalho que a nova reitoria considera fundamental realizar no início da gestão?

Temos três objetivos principais. O primeiro deles é dar total prioridade à graduação. Vamos tentar remodelar os cursos, incentivando os professores a darem mais aulas nesse nível. Ao mesmo tempo, vamos treinar os docentes em novas ferramentas de ensino.

Isso compreende as tecnologias?

Sim, com o uso cada vez mais intensivo de recursos audiovisuais. Por exemplo, a Poli ajudou a Faculdade de Odontologia de Bauru a desenvolver um modelo tridimensional de um crânio humano, em que os alunos vão poder fazer experimentos e treinamentos de anestesia em crianças. A engenharia não somente se beneficia como contribui para o aperfeiçoamento do ensino de graduação.

Quais as metas além da prioridade à graduação?

Outro aspecto importante é a inserção da universidade na sociedade. As escolas de engenharia, de maneira geral, já têm uma penetração boa, mas ainda insuficiente. A universidade, durante um bom período, e não só no Brasil, ficou um pouco isolada. Hoje, no século XXI, ela precisa repensar o seu papel, o que significa interagir com empresas (públicas e privadas), governos, o terceiro setor e os segmentos sociais organizados, como o sindicato dos engenheiros. A USP, como instituição, não colabora com o SEESP, que é uma entidade importante. E o terceiro ponto é dar

dinamismo aos processos administrativos. É uma questão interna, mas imprescindível, porque uma universidade de qualidade tem que ter recursos humanos fantásticos, professores de padrão internacional, estrutura razoável – e nós temos, mas ainda não temos a agilidade, por exemplo, de uma universidade chinesa ou europeia. Precisamos trabalhar muito nessa direção.

Quais os atributos de um profissional da área de engenharia que podem ser agregados ao mandato da reitoria da USP?

Gosto muito da definição de engenheiro como um profissional que sabe tomar decisões na incerteza. Na engenharia, não temos certeza absoluta de tudo, mas sabemos avaliar riscos. Numa administração, o gestor precisa ter essa capacidade.

Vocês foram eleitos com a proposta de abertura de diálogo.

A universidade não é um lugar onde as pessoas ficam caladas. É o local onde os pontos de vista devem ser apresentados e justificados. O que não podemos ter são disputas que não sejam de ideias, que não admitam posições contrárias e utilizam a agressão física ou material para prevalecer. Isso não podemos admitir.

Já estão definidos alguns passos nessa direção?

Os estudantes nos convidaram para a semana de recepção de calouros no início deste ano, o que nos trouxe muita honra. O Zago e eu fazemos questão de conversar com os alunos quando visitamos uma fa-

culdade. Também já recebemos as representações dos funcionários e dos professores. Hoje, essas entidades sabem que têm um canal de diálogo com a reitoria.

Qual o orçamento da USP?

A receita que vamos receber, neste ano, do governo do estado, é de R\$ 4,6 bilhões. Além disso, conseguimos, por meio das agências de fomento, mais de R\$ 1 bilhão. É um grande orçamento, mas comparado a universidades de outros países, é pequeno. Todavia, não deixa de ser um recurso significativo ante a realidade nacional. É uma responsabilidade muito grande gerir esse recurso de forma adequada e com o máximo proveito para a educação.

No século XXI, a universidade precisa repensar o seu papel, o que significa interagir com empresas, governos e organizações.

O senhor está à frente de uma das maiores escolas de engenharia do País. Como vê o ensino da área no Brasil? A minha preocupação maior não é com o curso de engenharia, mas com o ensino básico. Se não motivarmos as nossas crianças a estudarem ciências e matemática e a valorizarem o conhecimento do português, não vamos ter alunos capazes de fazer uma boa escola de engenharia. O ensino superior não consegue superar essa deficiência. As nossas escolas de engenharia seguem modelo de educação muito moderno.

Há possibilidade de a USP estar no próximo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)?

Estamos começando a discutir a questão. A preocupação é como garantir aos talentos que não tiveram oportunidade de se preparar para o vestibular estarem na universidade. Pode ser o Enem ou a nota do ensino médio. Precisamos discutir com o Judiciário para tentar criar novos mecanismos para atrair esses alunos, e não apenas a Fuvest (*Fundação Universitária para o Vestibular*).



Beatriz Armida

Vahan Agopyan: engenharia contribui ao aperfeiçoamento do ensino de graduação.

Cursos

SANTOS

Universidade Santa Cecília
(Unisantia)

Site: www.unisantia.br

E-mail: extensao@unisantia.br

Telefone: (13) 3202-7104

• **Introdução à engenharia**

submarina. Curso de extensão cujo objetivo é apresentar a modalidade por meio da descrição das atividades relacionadas ao projeto, instalação, operação e manutenção de equipamentos e dutos submarinos. As aulas começam no dia 31 de maio e serão aos sábados, das 8h às 12h e das 13h às 17h. A carga total é de 32 horas. Condições de pagamento: R\$ 660,00 a vista ou R\$ 330,00 (matrícula) mais uma parcela igual no mesmo valor.

SÃO CARLOS

Departamento de Engenharia
Civil da Universidade Federal
de São Carlos (UFSCar)

Site: www2.ufscar.br

E-mail: infraurbana.ufscar@gmail.com

Telefone: (16) 3351-9626

• **Especialização em projeto e gestão de infraestrutura urbana.**

Até o dia 5 de maio, o Departamento de Engenharia Civil (DECiv) da instituição está com inscrições abertas para a próxima turma do curso. O objetivo é ampliar e atualizar o conhecimento dos profissionais que atuam na área, a partir de uma abordagem que considera a natureza sistêmica e multidisciplinar dos problemas que afligem as cidades. A especialização foi desenvolvida de forma a proporcionar a reciclagem da formação profissional, de acordo com as necessidades específicas identificadas no mercado de trabalho. As aulas estão previstas para iniciar no dia 10 de maio. A carga total é de 376 horas. Interessados devem enviar formulário de pré-inscrição eletrônico preenchido para <http://goo.gl/2svpR2>. Valor: 16 parcelas de R\$ 650,00.



SÃO PAULO

Associação Brasileira de Engenharia
Sanitária e Ambiental (Abes-SP)

Site: www.abes-sp.org.br

E-mail: treinamento@abes-sp.org.br

Telefone: (11) 3814-1872

• **Curso de projetos de redes de esgotos e drenagem urbana com uso de EPA-SWMM em combinação com softwares Gis livres.** A atividade, que ocorrerá de 12 a 16 de maio, das 9h às 19h, é voltada a engenheiros que trabalham com planejamento e projetos em saneamento básico, técnicos de prefeituras e de serviços públicos de água e profissionais dedicados a projetos de hidráulica urbana. Valor: R\$ 1.650,00, sendo que associados ao SEESP têm desconto de 10%.

Fundação Vanzolini

Site: www.vanzolini.org.br

E-mail: atendimento@vanzolini.org.br

Telefones: 0800-7700608 (Estado de São Paulo) ou (11) 3145-3717 (demais regiões)

• **Administração para engenheiros.**

O curso tem como objetivo expor os conhecimentos, habilidades e técnicas necessárias para o entendimento da gestão corporativa integrada, buscando orientar sobre a participação em todo o processo administrativo corporativo, bem como capacitar os alunos nas técnicas mais atuais da gestão de pessoas, de uma maneira interativa e moderna. Carga total de 200 horas. Valores: matrícula de R\$ 760,00 mais seis parcelas de R\$ 790,00. As aulas serão no Centro de Treinamento da Fundação Vanzolini – Unidade Paulista.

4º Simpósio internacional de excelência em produção: a indústria do futuro

ESTÃO ABERTAS até 16 de maio próximo as inscrições para a quarta edição do Simpósio internacional de excelência em produção: a indústria do futuro, que será realizado no dia 21 do mesmo mês, das 8h30 às 17h, em São Paulo. Promovido pela Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha (VDI), com o apoio da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp), o evento apresentará as novidades no mundo da produção e abordará temas relacionados à indústria 4.0.

Edouard Mekhalian, diretor-geral da Kuka Roboter do Brasil, apresentará a palestra “Robôs industriais: ganhos de produtividade ‘versus’ falta e custos de mão de obra”, e Francisco Soares, vice-presidente de engenharia de manufatura da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), falará sobre “A Embraer e o futuro da manufatura no mercado aeronáutico”. Ao todo, serão dez mesas de trabalho.

O evento ocorrerá no Clube Transatlântico, que fica na Rua José Guerra, 130, em São Paulo. Inscrições realizadas até 20 de abril terão 20% de desconto. Mais informações e inscrições no *site* <http://vdibrasil.com/simposio>.





Dirigentes do SEESP tomam posse em Campinas e Bauru

Em 27 e 28 de março, respectivamente, o presidente estadual do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, deu posse às diretorias das delegacias sindical em Bauru e Campinas. A primeira terá, à frente da gestão 2014-2017, Luiz Roberto Pagani, reconduzido ao cargo, e a segunda, Luiz Carlos de Souza. Ambas solenidades foram prestigiadas por autoridades e personalidades. Entre os presentes em Campinas, o secretário municipal de Planejamento, Fernando Pupo, a deputada federal Keiko Ota (PSB-SP), além dos vereadores locais Paulo

Gautério e Luiz Lauro Filho (ambos também do PSB) e do presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu da Silva. E em Bauru, os deputados federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) e estadual Pedro Tobias (PSDB).

Nessa última cidade, a posse incluiu homenagem aos engenheiros e diretores do SEESP Alberto Pereira Luz e João Carlos Gonçalves Bibbo. A ambos foi entregue um retrato em grafite feito por Marcos Wanderley Ferreira, vice-presidente estadual da entidade. Pereira Luz, que esteve

à frente da primeira diretoria regional na localidade, recebeu ainda uma placa de honra ao mérito. Empossado 1º vice-presidente da subseção em Bauru, Veríssimo Barbeiro Filho ressaltou: “Não poderia passar em branco, estamos homenageando a pessoa que encabeçou a criação da delegacia.”

Como apontou Pinheiro, “o sindicato faz 80 anos com muito trabalho da delegacia em Bauru.” O deputado Arnaldo Jardim acrescentou: “A cidade está no entroncamento rododiferroviário, porta para o desenvolvimento. É também um polo tecnológico. Essa diretoria vai representar aqui esse espírito empreendedor.” Em seu discurso de posse, Pagani reafirmou o compromisso que norteia a atuação do SEESP em todo o Estado: “A delegacia continuará o trabalho alinhado, fazendo a defesa dos engenheiros, a interação com a universidade e a inserção no debate e colaboração com os órgãos públicos, visando o crescimento

Fotos: Beatriz Arruda



Diretoria regional em Campinas assume mandato 2014-2017 em solenidade no dia 28 de março.

ordenado da região.” Nas falas ainda, destaque para a defesa do piso profissional, aliança com o movimento sindical e inserção do SEESP na sociedade.

Na solenidade em Campinas, Pinheiro lembrou que a delegacia foi a primeira regional do SEESP a ser estabelecida. “Nosso trabalho está perenizando e precisamos juntar forças para ter um país mais justo, com mais oportunidades e qualidade de vida.” A deputada Keiko Ota concluiu: “As transformações estruturais só se tornam realidade devido ao trabalho do engenheiro; o futuro do País pas-

sa obrigatoriamente pelo olhar e pelo trabalho dos 200 mil profissionais do Estado. Importante também a busca por aperfeiçoamento dos profissionais.”

Ao tomar posse, Souza apontou os desafios a serem enfrentados: “O trabalho será árduo, com ênfase em ciência e tecnologia, característica da região de Campinas. Vamos oferecer cursos por intermédio do Isitec (*Instituto Superior de Inovação e Tecnologia*). Atuamos em 47 cidades, e vamos fazer um trabalho de sindicalização e apoio a esses engenheiros.”



Na cerimônia em Bauru, Marcos Ferreira, Veríssimo Barbeiro, Bibbo, Pagani, Murilo Pinheiro, deputado Arnaldo Jardim e Alberto Pereira Luz.

São José dos Campos discute Plano Municipal de Resíduos Sólidos

Estudantes, educadores, trabalhadores e técnicos participaram no início de abril de oficina realizada pela Prefeitura de São José dos Campos para debater e definir as diretrizes e metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). No encontro, a estudante de engenharia ambiental Thaís Passos França sugeriu campanhas nas escolas, para conscientização e engajamento nas discussões sobre o tema. Ela também ressaltou a importância da pesquisa de novas tecnologias para o tratamento dos resíduos. Mais informações no [site http://migre.me/iKenf](http://migre.me/iKenf).



Mobilização por reajuste salarial

Cerca de 3 mil servidores municipais, entre os quais centenas de engenheiros e arquitetos, participaram de um protesto no Centro da Capital, em frente ao gabinete do prefeito Fernando Haddad, em 4 de abril. “O foco é a alteração da lei salarial (13.303/02), que só prevê reajuste de 0,01%, ao ano, além de repúdio total à proposta deles de remunerar todos os servidores a partir de um subsídio, equiparando todos em um mesmo patamar”, declarou o engenheiro Sergio Souza, delegado sindical do SEESP na Prefeitura.

No ensejo, uma comissão de trabalhadores foi recebida no gabinete por representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, mas não houve sinalização de medidas efeti-



Cerca de 3 mil servidores municipais, entre os quais centenas de engenheiros e arquitetos, vão às ruas por melhores salários em São Paulo.

vas. Na manhã do mesmo dia, durante mais uma rodada de negociação, o poder público propôs reposição das perdas salariais somente a partir de 2014. “Eles querem que a

gente simplesmente esqueça o período de 2007 a 2013, quando tivemos o reajuste de 0,01%. E isso não será aceito nem pela nossa categoria, nem pelas demais”, completou Souza.